

APRESENTAÇÃO

Sociologia do campo científico e universitário

Marcia Consolim¹

Rodrigo da Rosa Bordignon²

Os desafios do presente texto são múltiplos, particularmente por buscar a inscrição em um amplo quadro de possibilidades definido pela sociologia do campo científico e universitário. Isso ocorre por dois motivos mais gerais. O primeiro deles refere-se à profusão de trabalhos e discussões que se enquadram naquilo que se pode denominar como sociologia da ciência, e do particular impulso e deformação do campo depois do trabalho de David Bloor (1976). O segundo motivo conecta-se ao fato de que o ensino superior, ou mais especificamente a universidade, constitui uma temática sobre a qual pesam conflitos múltiplos, que envolvem tanto o discurso político e midiático, quanto o confronto entre domínios disciplinares distintos, como a educação, a história, a sociologia, ou as denominadas especialidades, como a sociologia da educação, sociologia das profissões, sociologia das elites, sociologia da sociologia etc. Em grande medida, todas as subespecialidades ou domínios disciplinares mais gerais incidem sobre o problema mais amplo da relação entre o sistema de ensino e os processos de diferenciação e estratificação social, bem como suas condições de transformação ou reprodução das desigualdades.

1 Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo. E-mail: mconsolim@terra.com.br

2 Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: rrbordignon@hotmail.com

Pensar no funcionamento do campo universitário e do campo científico implica, portanto, um esforço na apreensão dos jogos de múltiplas escalas que constituem a estrutura interna desses universos sociais específicos, definindo as bases sobre as quais se assentam as estratégias de diferenciação, os investimentos aceitáveis, as posições dominantes, as apostas com chance de sucesso e, igualmente, a allodoxia própria àqueles que não possuem as disposições necessárias para compreender os sentidos das transformações mais gerais, ou dos conflitos específicos pelos moveis em disputa no campo universitário ou campo científico. É no esforço de apreender esses múltiplos elementos que concorrem para a configuração desses espaços de atuação específicos que o presente dossiê busca reunir uma multiplicidade de formas de abordagem, as quais podem permitir entrever, em seu conjunto, as possibilidades da produção de uma ciência do mundo social. Além disso, se a escolha do título do dossiê indica o alinhamento à perspectiva analítica desenvolvida por Pierre Bourdieu, esta é apropriada diferencialmente pelas diferentes contribuições, colocando em evidência tanto adesões mais estritas quanto inspirações secundárias.

Como destaca Pierre Bourdieu (2011), debruçar-se sobre um universo social ao qual estamos ligados por um conjunto variado de investimentos objetivos e subjetivos, implica em um exercício inicial de ruptura com a leitura engajada do mundo social. Isso exige a tomada em perspectiva da multiplicidade de posições que constituem determinados espaços de atuação, e conduz a posterior restituição dos múltiplos pontos de vista particulares, produzindo o ponto arquimediano da diversidade de posições e justificativas que fundamentam as tomadas de posição. Mas isso não é tudo, visto que os próprios espaços de atuação e as posições que os definem se materializam e autonomizam relativamente aos indivíduos biológicos, de modo que é necessário atentar para a gênese social dos processos de diferenciação, e para as dinâmicas específicas que estão na base da transformação das pulsões biológicas em pulsões sociais.

As implicações analíticas disso são múltiplas, assim como suas vantagens podem ser apropriadas de formas distintas, como demonstram os trabalhos de Christophe Charle, Victor Karady, Odaci Luiz Coradini e Maria Caraméz Carlotto. Em alguma medida, todos partem de um esforço inicial

de distanciamento e de objetivação da relação entre o universo social estudado e a estrutura global do espaço social. Considerada uma das primeiras operações metodológicas necessárias à apreensão das condições diferenciais que estão na base das relações entre agentes sociais específicos e espaços de atuação histórica e socialmente constituídos, esse ato visa romper com a premissa dos produtores de bens simbólicos enquanto categoria social sem vínculos, ou mesmo, vem se colocar na contramão do discurso de neutralização das condições sociais de possibilidade e de seus impactos na realização de carreiras científicas e/ou universitárias. Isso retira, em grande medida, a ilusão de que todas as oportunidades estão disponíveis para todos, colocando em evidência os mecanismos de seleção social e os modos como se traduzem nas hierarquias universitárias e científicas. Igualmente, o esquema analítico em pauta direciona o olhar para os modos diferenciais de reconstrução biográfica que marcam as trajetórias individuais e coletivas, visto que tanto indivíduos específicos como instituições investem sistematicamente na elaboração e veiculação de representações sobre si mesmas e sobre suas posições na história e nos conflitos.

A necessidade de ruptura torna-se, assim, uma ação fundamental, notadamente quando nos debruçamos analiticamente sobre o campo universitário e científico. Isso porque trata-se de um universo social significativamente vinculante, já que os cientistas e os universitários, ou os cientistas-universitários/universitários-cientistas, espécie de produto histórico específico das transformações ocorridas nas instituições de ensino superior a partir do início do XIX, são o resultado de um complexo sistema de seleção e cooptação, fortemente calcado em ritos de instituição que, enquanto tais, fazem “[...] desconhecer como arbitrário e reconhecer como legítimo e natural um limite arbitrário.” (BOURDIEU, 1996, p. 98). Os atos específicos de investidura por meio dos quais se constituem esses produtores de bens simbólicos específicos são eficazes aos limites e possibilidades de se tomar como objeto os universos sociais que pautam parte de nossa existência no mundo, até porque, para “[...] utilizar a sociologia até o fim [...] é preciso estar numa posição social em que a objetivação não seja insuportável.” (BOURDIEU, 1990, p. 40). Sendo assim, é necessário reconhecer que o conhecimento científico i) exige um trabalho de objetivação complexo e minucioso; ii) é uma das formas de relação com o mundo.

Inspirado nessa proposição, Christophe Charle mobiliza um conjunto sistemático de operações de objetivação dos professores universitários franceses e alemães, a começar pela perspectiva comparada, acionada como elemento fundamental de vigilância tanto contra a universalização de particularidades históricas, quanto contra sua tomada como especificidades nacionais. Igualmente, explora de modo efetivo a multidimensionalidade do mundo social por meio da prosopografia e do trabalho concreto de investigação, confrontando continuamente as variações do conjunto com as formas históricas específicas que marcam os sistemas sociais e de ensino nacionais. O conjunto das dinâmicas observadas indicam, por um lado os mecanismos sociais inscritos nas diferentes condições de possibilidade de realização de carreiras universitárias, por outro, os efeitos e/ou resistências que as hierarquias historicamente constituídas impõem aos projetos de reforma do sistema universitário nos dois países. Como destaca Charle, as bases sociais das chances colocam em evidência os distintos princípios de hierarquização que marcam as definições de “mérito” na França e na Alemanha, contribuindo significativamente para a ruptura com a consideração da ideologia meritocrática como algo trans-histórico e transnacional.

Um conjunto similar de questões é levantado pelo estudo de Odaci Luiz Coradini, com o diferencial de incluir uma discussão inicial sobre as condições sociais e institucionais de realização e de comunicação de pesquisas que buscam tomar como objeto não apenas o universo social ao qual estamos todos vinculados, mas acima de tudo a categoria social da qual fazemos parte. De início, isso suscita uma gama variada de mal-entendidos e negativas, o que tenciona servir como um indicador significativo da baixa autonomia do campo universitário e científico, notadamente pela intervenção significativa de poderes e concepções sociais as mais variadas na definição da hierarquia dos objetos e nos modos legítimos de sua apreensão. Para além dessas questões iniciais, a pesquisa de Coradini coloca em evidencia o problema mais geral das relações entre estrutura social e a posição daquilo que pode ser denominado, na esteira dos trabalhos de Christophe Charle (1990, 2001), de frações intelectuais, explorando efetivamente a segmentação interna à categoria dos professores de ensino superior, bem como as hierarquizações mais gerais que a diferenciam de

outras categorias de professores e de outras categorias sociais mais gerais. Igualmente, e relativamente aquilo que é o problema central abordado no texto, Coradini clarifica o sistema de desvios diferenciais que definem as carreiras de professor universitário no Brasil, notadamente em suas relações com os centros internacionais, com a hierarquia das atividades, e com os cargos de gestão.

Ao que indicam as múltiplas segmentações, configura-se um polo aparentemente mais autônomo, principalmente no que tange às origens sociais e à inexistência do exercício de atividades diferentes daquela de professor universitário, algo que pode se aproximar das discussões de Maria Caraméz Carlotto, notadamente no que diz respeito às relações entre estrutura social e os cursos de destino (unidades, institutos e/ou faculdades). Como expõem adequadamente a autora, há uma correlação específica entre a estrutura de capitais que está na base das propensões ao provável em termos de destino escolar, e a diferenciação interna entre o poder universitário e o poder intelectual ou científico, para retomar a terminologia cara a Pierre Bourdieu (2011). Em grande medida, esse fenômeno coloca em evidência um duplo processo: a homologia estrutural entre os diferentes modos de apresentação do poder temporal, e os condicionantes sociais que estão na base das relações com a escola e, por intermédio dela, com as oportunidades sociais e a reprodução das hierarquias. Isso envolve, como bem salienta Carlotto, um sistema complexo de representações simbólicas que se conectam a constituição histórica da função social dos cursos, cuja eficácia se deve à correspondência específica entre as estruturas cognitivas e as estruturas sociais.

As conexões entre estrutura social e campo universitário emergem, também, no trabalho de Victor Karady, notadamente por meio do esforço em situar os diferentes grupos que marcam a paisagem das ciências sociais francesas de fins do XIX e início do XX, relativamente ao mundo social em geral, e ao campo intelectual e universitário em particular. No trabalho em pauta, Karady se esforça em apreender a morfologia social da sociologia francesa com o objetivo de compreender as chances de sucesso e de fracasso de seus diferentes estratos nos embates pela legitimação da disciplina e, igualmente, por sua inserção no sistema de disciplinas estabelecidas. Isso se desdobra na evidenciação tanto dos efeitos de refração que operam uma inversão entre a hierarquia social e a científica na sociologia,

quanto das resistências que essa disciplina nascente encontra para subverter, ou mesmo, ocupar um lugar ao sol na hierarquia das disciplinas do campo universitário francês. Paralelamente, Karady fornece os instrumentos para compreender as diferentes concepções de sociologia em disputa e suas relações com as bases sociais que caracterizam os grupos que as sustentam, indicando que os modos de apropriação e os usos do conhecimento científico e das relações com a instituição escolar variam relativamente às posições na hierarquia social: em um polo situam-se aqueles que pretendem a sociologia como ciência, em outro os que a tratam como espécie de consumo cultural.

A ideologia que vê na ciência o motor do progresso aparece de modo significativo no artigo de Michael Pollak. Ao focalizar a trajetória de Paul Lazarsfeld, o autor fornece um modelo exemplar de como apreender um conjunto de transformações mais gerais a partir da análise de um caso particular. No entanto, isso não é feito sem perigos ou possibilidades de mal-entendidos, principalmente porque, no esforço de objetivação de uma trajetória a luz de suas relações com a política, com a economia e com a universidade, corre-se o risco de encontrar aqueles que vão reivindicar “[...] conhecer outros fatos mais importantes” e pessoais, derivados do convívio e que as biografias e outros materiais não permitem apreender (DUMAZEDIER, 1984, p. 50). Isso ocorre pois o campo universitário e o campo científico são realidades que “[...] resistem a dessubstancialização” (BOURDIEU, 2015, p. 492), de modo que há uma constante confusão entre o “indivíduo empírico” e o “indivíduo epistêmico”³. Ao tomar um caso específico, Pollak equaciona tanto o problema das relações entre a circulação internacional e as condições sociais e institucionais de inserção profissional em outros contextos nacionais com a posse das disposições necessárias à realização social e profissional; quanto clarifica as associações entre transformações nas ciências sociais norte-americanas e os esforços em direção a sua planificação e exportação (via fundações) como modos de instrumentalização e legitimação das lutas políticas no pós-guerra.

3 Para uma resposta ao texto de Dumazedier, ver Pollak (1984).

Um segundo conjunto de artigos discute mais diretamente as relações entre aspectos da vida intelectual, em particular a dimensão das práticas ou das representações de professores ou pesquisadores, analisando-as tanto a partir de suas relações com o campo científico e universitário, quanto com os demais campos da vida social. No que diz respeito aos problemas de pesquisa, procuram analisar as condições social e intelectualmente relevantes que operam para a autonomização da produção científica em relação a outros campos da vida social.

O artigo de Isabelle Gouarné analisa as estratégias adotadas por um grupo de cientistas sociais na França, sob o período de Vichy, para se defender dos ataques proferidos pela direita intelectual e pelo Estado. Ao partir do princípio de que as contínuas redefinições das ciências sociais podem ser analisadas tanto pelas rivalidades internas ao campo intelectual, quanto pela conjuntura ideológica e política, Gouarné enfatiza o segundo aspecto, uma vez que considera a Jornada de Estudos de 1941 uma resposta à perseguição sofrida por professores e pesquisadores judeus e/ou militantes de esquerda. Diferentemente de Victor Karady, que analisa as propriedades sociais e intelectuais dos praticantes das ciências sociais a fim de identificar as condições da dominação intelectual dos durkheimianos, Isabelle Gouarné analisa algumas dessas propriedades para mostrar a formulação de um consenso em torno de projetos de pesquisa, diagnósticos e conceitos entre praticantes das mais diversas áreas das ciências humanas, como a história, a sociologia e a psicologia. Num contexto de recuo da autonomia universitária, reduzem-se os embates e as distinções próprias ao campo científico – no caso dos anos 1920–1930, a concorrência característica da relação entre essas ciências – e se fortalecem os consensos a um só tempo científico e político. Ao mesmo tempo, os praticantes mais legítimos no campo passam a sofrer concorrência de discursos e agentes até então em posição dominada, ou mesmo de outsiders, com o apoio do Estado – levando ao processo, por exemplo, de revalorização das ciências sociais de tipo biologizante em detrimento da visão histórica e sociológica, processo que também ocorre na Alemanha, como se depreende do artigo de André Felipe Silva.

O artigo de Pierre Verschueren focaliza os esforços de legitimação da atividade científica por meio da análise de uma petição pública assinada

por centenas de professores e de pesquisadores, principalmente originários das ciências “duras” (físicos, químicos, matemáticos), durante o período do pós-guerra na França. A petição, uma manifestação baseada em um repertório de ação coletiva, é considerada uma instância de construção da identidade social desses pesquisadores para além dos conflitos internos às diversas posições no campo científico. A partir do estudo das trajetórias familiares e escolares de seus signatários, bem como das organizações de representação profissional dos professores e pesquisadores, o autor identifica as disposições presentes na produção da crença na “neutralidade científica” e no papel da pesquisa científica no desenvolvimento econômico e político da França. Nesse sentido, o artigo de Pierre Verschuere se inscreve, assim como o de Isabelle Gouarné, na tradição de estudos sobre engajamento de intelectuais, iniciada na França com a publicação de *Homo Academicus*, de Pierre Bourdieu (2011 [1984]), seguida pelo trabalho de Christophe Charle sobre “o nascimento dos intelectuais” (1990), até os estudos mais recentes de Gisèle Sapiro sobre engajamento de escritores ou “modelos de intervenção política dos intelectuais” (CHARLE, 1999, 2012). Assim, a inserção crescente da pesquisa científica nos planos de governo é vista não apenas como fruto da recepção de uma prática norte-americana, analisada no artigo de Michael Pollak, mas também como resultado de posições e disposições nativas. A reivindicação de uma política científica de longo prazo, conduzida pelo Estado, com o objetivo de obter melhores condições de carreira, bem como o viés desenvolvimentista de sua proposta exprimem uma concepção instrumental do papel da ciência e, portanto, bastante distante daquela predominante no período do entreguerras, qual seja a de uma França portadora do “universal”. Assim, a clivagem entre direita e esquerda intelectual não opera por si só como causa das tomadas de posição dos cientistas, mas conjugam-se a outros condicionantes num quadro mais amplo de determinações sociais e intelectuais.

O artigo de André Felipe Silva, assim como os anteriores, articula uma análise das práticas científicas, em particular de ordem institucional, às condições políticas e sociais de sua emergência e desenvolvimento. Particularmente, Silva trata do processo de internacionalização científica que, em suas palavras, abrange estudos sobre “mobilidade de estudantes e pesquisadores”, de formação de “redes transnacionais de cooperação, por

meio das quais se intercambiam conhecimentos e serviços”, bem como da “circulação e impacto da produção científica originada em um país”. Seu propósito é mostrar a lógica dessa mobilidade pelo funcionamento das redes de cooperação científica e, em particular, por meio da diplomacia cultural. Ao focalizar o caso alemão, assume que esse processo se dá numa relação hierárquica entre países com condições política, social, econômica e cultural muito distintas entre si, o que exclui de início uma análise autonomizada da circulação da ciência como resultado do interesse “puro” de cientistas em posição simétrica. Do ponto de vista dos países centrais, a estratégia típica, qual seja educar as elites de países estrangeiros e estreitar relações com seus pesquisadores, está condicionada à crença de que esses investimentos se reverteriam em apoio a outras causas de seu interesse. Em períodos de nacionalismo exacerbado, coloca-se a questão sobre a existência de trocas e interesses puramente científicos e, portanto, efetivamente “internacionais”. A questão foi tratada por Christophe Charle (1994), que identifica duas figuras intelectuais entre os universitários franceses em missão no exterior, a dos “embaixadores” e a dos “especialistas”, originários de disciplinas mais ou menos dependentes da “cultura francesa”, e que mantêm vínculos distintos com o país de origem: no primeiro caso, tornam-se representantes da cultura francesa no exterior e, no segundo caso, críticos das condições de trabalho da universidade francesa em comparação às que encontram no exterior.⁴ Silva em seu artigo sugere que há nuances nas adesões dos cientistas alemães ao espírito nacionalista e às funções diplomáticas, mas afirma que o investimento na carreira científica é dificilmente discernível do papel político, mais ou menos institucionalizado, dos cientistas naquele período.

O artigo de Letícia Pumar discute a relação entre pesquisa científica e instituições públicas de ensino e pesquisa por meio de estudo sobre as estratégias de legitimação da pesquisa experimental na primeira metade do século XX. A partir do caso brasileiro, indica a ausência das condições necessárias ao sucesso desse projeto, como a inexistência de sistema

4 “[...] para a maioria dos enviados ao estrangeiro, a experiência acusa oposições de orientação entre os que buscam se manter numa comunidade científica sem fronteira e os que se colocam a serviço dos interesses nacionais, ao preço mesmo de uma regressão à mundaneidade.” (CHARLE, 1994, p. 59).

universitário e a orientação à pesquisa aplicada nos estabelecimentos brasileiros. O laboratório de fisiologia experimental dos irmãos Miguel e Álvaro Ozório de Almeida, financiado pelo “mecenas moderno”, opera de modo autônomo em relação às constrações dos institutos de pesquisa e das faculdades públicas e, portanto, seus diretores possuem total liberdade no desenvolvimento da pesquisa “pura”, ou seja, independente das demandas sociais. Como que encarnando a figura do “especialista” (CHARLE, 1994), Miguel Ozório de Almeida é portador de um discurso crítico sobre as condições da pesquisa experimental no País de origem vis-à-vis àquelas que encontra nos laboratórios dos colegas franceses, assim como estes em relação às condições de pesquisa nos Estados Unidos. Em uma condição duplamente marginal, a “internacionalização” aparece como solução para as limitações institucionais locais: o laboratório torna-se um espaço de sociabilidade intelectual e de pesquisa coletiva com cientistas estrangeiros que visitam o País. O resultado de tal estratégia pode ser avaliado pelos impactos em sua carreira, no exterior e no Brasil, menos associados às funções da pesquisa “pura” do que ao poder institucional.

O artigo de Miguel Palmeira explora um importante debate entre historiadores do mundo antigo para colocar em xeque certos pressupostos dos estudos sobre controvérsias científicas e filosóficas. Segundo o autor, desde sua consagração como objeto de investigação legítimo, a controvérsia foi frequentemente pensada como condição necessária de qualquer avanço do conhecimento. Contudo, a partir do caso das discussões sobre a “economia antiga”, o autor afirma que não se pode estabelecer uma relação de causalidade entre controvérsia e “progresso” intelectual. Para isso, Palmeira mostra que, desde a origem da controvérsia, os especialistas foram classificados em pares de opostos, oposições essas reativadas nas intervenções subsequentes, impedindo que afirmações nuançadas e desviantes em relação a essa oposição fossem debatidas⁵. Por fim, o autor tenta explicar uma inflexão nos debates nos anos 1960 pela análise de algumas trajetórias dos debatedores, atentando para fatores como formação superior, a circulação

5 *Essas oposições se desdobram no problema das categorias a partir das quais se analisam uma determinada sociedade, endógenas ou exógenas àquelas dos próprios nativos, bem como no da autonomização de certo conjunto de práticas em relação à estrutura social de uma sociedade – e que está na origem de muitos dos conflitos envolvendo a delimitação de fronteiras disciplinares em ciências humanas.*

disciplinar e a experiência política. Tal movimento de análise equivaleria, em suas próprias palavras, a “dispor relacionalmente cientistas, filósofos e eruditos em geral nos campos intelectuais em que atuam”, ou seja, a delimitar os agentes que pertencem de maneira legítima a determinado universo social de produção de conhecimento pela reprodução de suas categorias.

É preciso esclarecer a diferença, no presente dossiê, entre os artigos que foram selecionados para tradução e os artigos que resultaram de convite aos autores. No primeiro caso, trata-se de autores e de textos seminais na formação da sociologia do campo científico e universitário e que surpreendentemente nunca foram publicados em português no Brasil. O artigo de Michael Pollak (1979), que não deixou obra extensa em virtude de seu desaparecimento prematuro, tornou-se referência fundamental nos estudos sobre circulação internacional de intelectuais; o de Christophe Charle (1994) sobre as universidades francesa e alemã tornou-se indispensável aos estudiosos das relações entre ensino superior, campo social e campo do poder; e o texto de Victor Karady (2001) sobre os praticantes das ciências sociais na França tornou-se um marco no contexto das interpretações que transformam em vítimas as inúmeras “sociologias esquecidas”. Uma vez que os três autores pertenceram à primeira geração do grupo de pesquisa fundado por Pierre Bourdieu, convém apontar que tais escolhas explicitam as referências dos organizadores deste dossiê.

O traço mais visível de unidade entre esses artigos é o modo relacional pelo qual conduzem a investigação pela aplicação do método comparativo: no caso de Charle, entre a universidade francesa e a alemã; no caso de Karady, entre a sociologia durkheimiana e as sociologias jurídica ou católica francesas; no de Pollak, entre a sociologia empírica (Lazarsfeld) e a filosófica (Adorno). Além disso, para todos eles, historiadores ou sociólogos, fazer pesquisa histórica é praticar “história social”, o que nessa área de estudos significa, em linhas gerais, objetivar os agentes no espaço social e intelectual por meio de suas práticas e propriedades. O terceiro e talvez mais importante ponto comum entre esses autores está no critério de escolha dos objetos de estudo, que diz respeito ao fato de pertencerem, no momento em que concebem esses artigos, a um grupo de pesquisa específico: o grupo de pesquisa de Bourdieu.

A questão tratada por Charle, a comparação entre a universidade francesa e a alemã, não se dá em terreno neutro: pois na França tornou-se recorrente a reprodução de discursos, originados nos anos de 1870, segundo os quais a Guerra Franco-Prussiana teria sido perdida em razão da superioridade da universidade alemã em relação à francesa. Objetivar a questão, torná-la sociológica, exigiu o deslocamento do senso comum tornado tradição, inclusive, nos meios universitários da França ao menos até a primeira metade do século XX. Ao grupo bourdieusiano interessava o modo de funcionamento da universidade alemã porque, além de romper com essa tradição discursiva, precisava objetivar os universitários alemães em seu próprio campo nacional para compreender o deslocamento de sentido em relação à recepção na França de autores alemães, e vice-versa, como bem apontou Bourdieu na conferência que fez em Freiburg em 1989⁶. Ao contrário de Christophe Charle, Victor Karady e Michael Pollak são estrangeiros na França, o primeiro nascido na Hungria e o segundo na Áustria, mas cujas tarefas foram igualmente importantes do ponto de vista dos embates assumidos pelo grupo ligado a Pierre Bourdieu. Ao primeiro, Victor Karady, coube enfrentá-lo por meio do retorno aos “clássicos”, Durkheim e Mauss, uma vez que a Escola Sociológica Francesa inaugura uma posição na universidade da qual os bourdieusianos são de certo modo herdeiros. Portanto, objetivar a posição dos durkheimianos e explicar seu “sucesso parcial” também não foi uma escolha “neutra”: por trás do estudo das posições e disposições concorrentes, mobiliza-se um instrumental analítico aplicável a outros períodos históricos do campo científico francês. Ao segundo, Michael Pollak, coube debruçar-se sobre a circulação internacional de cientistas sociais e, mais do que isso, sobre as relações entre tradições europeias e norte-americanas de pesquisa – em particular, a tradição da pesquisa de opinião e de mercado, de base estatística, realizada por Paul Lazarsfeld – que depois da Segunda Guerra retornaria à própria França, pelas mãos de Raymond Boudon, um concorrente de Bourdieu. Não se trata, novamente, de interesses puramente teóricos, mas de escolhas que interessam ao grupo bourdieusiano. Em outras palavras, são objetos estratégicos ao projeto de legitimação do grupo e da sociologia de Bourdieu na França.

⁶ *Essa conferência foi publicada em alemão à época e, posteriormente, pelo próprio Bourdieu na França. Ver: Bourdieu (2002).*

Os demais textos presentes neste dossiê compõem a seção de artigos inéditos e resultaram de convites aos respectivos autores. Ainda que nem todos se inspirem na sociologia de Pierre Bourdieu, o intento dos convites foi dar a dimensão da diversidade da pesquisa atualmente produzida nas áreas da história e da sociologia do campo científico e universitário, considerando-se, claro, os limites dos meios pelos quais transitam seus organizadores. Assim, os autores são pesquisadores brasileiros – de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul – e franceses e, além disso, sociólogos ou historiadores de profissão.

A terceira seção é dedicada à publicação de uma entrevista com Julien Duval, pesquisador do Centre Nationale de la Recherche Scientifique (CNRS), sobre sua trajetória e produção intelectual. Pertencente à segunda geração de sociólogos ligados ao grupo de pesquisa de Pierre Bourdieu, sua trajetória é esclarecedora das condições de possibilidade de reprodução desse grupo de pesquisa na França. Duval mobiliza um vasto conjunto de fatores de ordem institucional, geracional e teórico-metodológicos que ajudam a entender a posição de Bourdieu no campo do ensino e da pesquisa na França e, mais do que isso, dão a dimensão da diferença entre a percepção sobre Bourdieu em seu campo de origem e a recepção de sua obra no Brasil.

Referências

- BEN-DAVID, J. **O papel do cientista na sociedade**. São Paulo: Edusp, 1974.
- BLOOR, D. **Knowledge and social imagery**. Londres: Routledge & Kegan Paul Ltda, 1976.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. **Economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées **Actes de la recherche en sciences Sociales**, v. 145, p. 3–8, dez. 2002.
- _____. **Homo academicus**. Florianópolis: Edufsc, 2011.
- _____. **Sociologie générale**. Cours au *Collège de France*, 1981–1983. Vol. 1. Paris: Seuil, 2015.
- CHARLE, C. **Naissance des “intellectuels”, 1880-1900**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1990.

_____. Ambassadeurs ou chercheurs? Les relations internationales des professeurs de la Sorbonne sous la IIIe République. **Genèse**, 14, p. 42–62, 1994.

_____. **Les intellectuels en Europe au XIXe siècle: essai d'histoire comparée**. Paris: Seuil, 2001

DUMAZEDIER, J. A propos de l'étude de Michael Pollak sur "Paul Lazarsfeld, fondateur d'une multinationale scientifique". **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 55, n. 1, p. 49–53, 1984.

POLLAK, M. Projet scientifique, carrière professionnelle et stratégie politique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 55, n. 1, 1984, p. 54–63.

SAPIRO, G. **La Guerre des écrivains, 1940-1953**. Paris: Fayard, 1999.

_____. Modos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês. **Repocs – Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 17, 2012.